



Neodesenvolvimentismo: conciliando o inconciliável

Kelli Cristine de Oliveira Mafort
doutoranda em Ciências Sociais, UNESP Araraquara
e-mail: kmafort@yahoo.com.br

Matheus Gringo de Assunção
Graduado em Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento, UNILA
e-mail: gringo.assuncao@gmail.com

Resumo: Na primeira década do século XXI, o controverso debate acerca do desenvolvimento é posto em destaque através do projeto neodesenvolvimentista, fomentado em alguns países da América do Sul, em especial Brasil e Argentina. Tal perspectiva apresentou-se como uma suposta alternativa ao neoliberalismo e como uma nova estratégia de desenvolvimento, com capilaridade em diferentes âmbitos, seja governamental, na academia, no movimento social e sindical. Este artigo busca discutir, os limites políticos da estratégia de desenvolvimento em geral, e do neodesenvolvimentismo em especial, para a superação da dependência na América Latina.

Palavras-chave: neodesenvolvimentismo; estratégia; dependência.

Resumen: En la primera década del siglo XXI, la controversia acerca del desarrollo se destaca a través del proyecto neo-desarrollista, promovido en algunos países de América del Sur, en especial Brasil y Argentina. Este proyecto se presenta como una supuesta alternativa al neoliberalismo y como una nueva estrategia de desarrollo, con capilaridad en diferentes ámbitos, sea en el gobierno, en la academia y el movimiento social y sindical. En este artículo se analiza, los límites políticos de la estrategia de desarrollo en general, y el neo-desarrollismo, en particular, para superar la dependencia de América Latina.

Palabras clave: neo-desarrollismo; estrategia; dependencia.



Breve apresentação do projeto neodesenvolvimentista

A partir dos anos 2000 tem sido comum encontrar argumentos de que a América Latina, em especial o Brasil e Argentina, passaram a viver uma inflexão em sua política econômica, identificada principalmente com o fortalecimento do papel indutor e regulador do Estado, com a retomada dos investimentos públicos em infraestrutura, expansão do mercado interno, apoio a formação de grandes empresas brasileiras, reconhecimento do Estado das demandas da classe trabalhadora, etc. Essas mudanças têm sido identificadas com a abertura de um novo ciclo denominado **neodesenvolvimentismo** e sua discussão tem se concentrado entorno aos modelos econômicos, estratégias geopolíticas e processos sociais (SAAD-FILHO E MORAIS, 2011; SICSÚ, 2007; BARBOSA; SOUZA, 2010; BOITO JR., 2012, FÉLIZ, 2011).

No nível teórico, o neodesenvolvimentismo se caracteriza, segundo seus principais formuladores, como uma nova estratégia nacional de desenvolvimento e, portanto, uma “terceira via” entre a ortodoxia neoliberal e o desenvolvimentismo clássico¹. É também caracterizado como conjunto de propostas de reformas institucionais e de política econômica, buscando dotar as nações de renda média do instrumental econômico e institucional para alcançar os padrões de desenvolvimento econômico dos países centrais (Bresser-Pereira, 2004, 2006; Oreiro, 2012; Sicsú, Paula e Michel, 2007)

O neodesenvolvimentismo é também abordado segundo a perspectiva de crise e superação dialética do neoliberalismo, ou seja, da abertura no século XXI de uma fase pós-neoliberal, que supera mas também incorpora elementos da própria estratégia neoliberal.

El avance suramericano hacia el posneoliberalismo supone la superación dialéctica del proyecto neoliberal. Esta superación reconoce que su éxito como programa de reestructuración de las economías de la periferia a los fines de reconducir su proceso de valorización en una nueva etapa capitalista basada en el saqueo de las riquezas naturales y la transnacionalización del capital. Sobre la base de esa nueva configuración, los

¹ Segundo Bielschowsky e Mussi (2005, s/n) a corrente político-intelectual que ficou conhecida como desenvolvimentista apresentava os seguintes postulados principais no Brasil: “i) a industrialização integral é o caminho para a superar a pobreza e o subdesenvolvimento no Brasil; ii) não há possibilidade de conquistar uma industrialização eficiente mediante o jogo espontâneo das forças de mercado e por isso é necessário que o Estado planeje o processo; iii) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos para promover essa expansão; iv) o Estado deve, ainda, orientar a expansão captando e orientando recursos financeiros, promovendo estímulos especiais, e realizando investimentos diretos naqueles setores nos quais a iniciativa privada é ineficiente”.



diferentes espacios nacionales de valor se encuentran hoy atravesando una acelerada transición hacia una nueva forma de desarrollo neodesarrollista (Félix, 2011, p. 253).

Desde essa abordagem, o Estado neodesenvolvimentista teria uma maior abertura – devido fundamentalmente ao fortalecimento das organizações representativas da classe trabalhadora, sindicatos e movimentos sociais – a realizar concessões aos trabalhadores, via principalmente as políticas sociais.

Assim, o neoliberalismo é identificado com os processos de reformas estruturais que desregulamentaram os mercados financeiros, ataques aos direitos trabalhistas e o fortalecimento do livre mercado. Este processo criou na América Latina nos anos de 1990, sucessivas crises econômicas, com baixos níveis de crescimento durante o período.

Na crise e crítica da estratégia neoliberal, o neodesenvolvimentismo se apresenta como alternativa, propondo uma conciliação entre as classes sociais em nome de um projeto nacional de desenvolvimento. Nos termos de Bresser-Pereira (2005, p. 630).

Sob a pressão das ideologias vindas do Norte, tornou-se inapropriado falar em classes sociais, mas elas continuam mais relevantes do que nunca. O desenvolvimento, hoje, depende de uma grande e informal aliança entre empresários do setor real, técnicos públicos e privados e trabalhadores — ou seja, dos detentores do capital e da capacidade empresarial, do conhecimento técnico e organizacional e da força de trabalho: os três elementos essenciais do desenvolvimento. Uma nação só se constrói quando um acordo desse tipo existe.

A alternativa neodesenvolvimentista ao neoliberalismo passaria necessariamente pela consolidação de uma estratégia nacional de desenvolvimento, que articularia “um conjunto de valores, ideias, leis e políticas orientadas para o desenvolvimento econômico que levaria à criação de oportunidades para que empresários dispostos a assumir riscos pudessem investir e inovar”, em evidente contraponto a lógica financeira/rentista própria da atual fase do capitalismo mundial. Ainda assim, os novos desenvolvimentistas defendem a centralidade do nacionalismo como “um conjunto de atitudes de governos e cidadãos com o objetivo de defender o capital e o trabalho de seu país no mundo” (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Assim, no plano econômico defendem a política econômica como instrumento central do crescimento, tendo o manejo das variáveis cambial, monetária e fiscal no centro do modelo neodesenvolvimentista. Defendem a necessidade de uma política industrial de tipo “estratégica” que direcione os recursos para aquelas empresas com capacidade de se tornarem competidoras em nível

internacional, a exemplo da experiência do sudeste asiático, assim como, possam reduzir a defasagem tecnológica em aliança com as empresas transnacionais².

No plano político, a reflexão neodesenvolvimentista afirma a constituição de uma frente política ampla, com a característica de ser composta por uma coalização de diferentes classes e ser o principal instrumento de ascensão no poder da grande burguesia interna³. Como dirigente e principal beneficiária dessa frente estaria a grande burguesia interna; os trabalhadores constituiriam essa frente mas não estariam no bloco do poder, e seriam beneficiados pelas políticas de aumento salarial e ampliação das políticas públicas (BOITO JR, 2012, S/N).

Essa frente faria a contraposição entre o chamado “campo neoliberal”, formado pelo grande capital financeiro, frações da burguesia brasileira integrada e subordinada a esse capital e os grandes proprietários de terras (BOITO JR, 2012, S/N).

Essa coalização entre as classes burguesas e trabalhadora, em que pese as contradições, parece ter dado sustentação ao projeto neodesenvolvimentista. No entanto, cabe indicar as contradições internas do projeto neodesenvolvimentista, indicando suas limitações enquanto alternativa ao neoliberalismo e a superação da dependência.

Considerações acerca dos limites do neodesenvolvimentismo

Na perspectiva por nós desenvolvida, o neodesenvolvimentismo é expressão teórica e política de uma conjuntura em que expansão da demanda internacional, em especial, a expansão da demanda de produtos primários que alguns países latino-americanos se especializaram em produzir, pode, conjuntamente, aliviar alguns condicionantes estruturais, em especial a restrição externa, possibilitando que alguns governos encabeçassem um conjunto de políticas de expansão do mercado interno, aumento do salário mínimo, programas de investimentos públicos e de apoio ao investimento privado, entre outros.

Com a alteração do cenário externo favorável, e o aprofundamento da crise econômica internacional fez com que os projetos neodesenvolvimentistas entrassem também em profunda crise,

² Uma síntese das proposições neodesenvolvimentista na América Latina pode ser encontrada em Katz, 2016.

³ Segundo Boito Jr (2015, p. 67-68) em referência a formulação de Poulantzas, “a burguesia interna ocuparia, então, uma posição intermediária entre dois extremos – entre a burguesia nacional e a burguesia compradora – teria base de acumulação própria e poderia buscar, ao mesmo tempo, associar-se ao capital imperialista e limitar sua expansão no interior do país.

desnudando o caráter conjuntural desses e seus limites enquanto alternativa para a superação do neoliberalismo.

Em relação às propostas no campo da economia é importante destacar o aprisionamento das proposições neodesenvolvimentista no campo restrito da política econômica, ou seja, as principais propostas no campo econômico dizem respeito ao manejo das variáveis fiscais, cambiais e monetárias, não contribuindo efetivamente para a superação das reformas estruturais neoliberais. Neste aspecto, os neodesenvolvimentistas não se propõem a alterar as reformas estruturais que efetivamente caracterizam a estratégia neoliberal, como a liberalização dos mercados financeiros, flexibilização das relações de trabalho, abertura comercial, dentre outras reformas que aprofundam as relações mercantis. Para Fiori (2011, S/N)

Passado a limpo, trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a concorrência e os grandes campeões nacionais; o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera.

No que tange as políticas sociais tampouco o neodesenvolvimentismo se diferencia das proposições neoliberais, pois assim como este se circunscreve a propor atenuantes aos problemas sociais causados pelo capitalismo, com políticas sociais de caráter focalizado, compensatório e direcionado ao indivíduo, com base na perspectiva da formação do capital humano, que “naturalizam as relações econômicas capitalistas e tomam o indivíduo e suas diferenças como unidade básica de análise” (Castelo Branco, 2009, p. 82).

Para a análise aqui em questão, o tema do Estado merece uma maior atenção. No neodesenvolvimentismo, assim como no próprio desenvolvimentismo, o Estado é apresentado como possuidor de uma racionalidade própria, capaz de se colocar acima dos conflitos de classes, uma espécie de ente administrador universal, com o objetivo de buscar o bem estar-social de toda a sociedade. Como nos alerta Rodrigo Castelo Branco, (2009, p.79)

Os novo-desenvolvimentistas, enfim, não colocam em tela a natureza do poder do Estado capitalista, nem a sua estrutura classista, mas sim sua forma de atuação em favor dos rentistas. Na sua opinião, tal qual falavam os nacionaldesenvolvimentistas, o Estado deve operar em comunhão com a burguesia industrial e os trabalhadores, pois, supostamente, ambos teriam a ganhar sob o signo da acumulação capitalista em base produtiva. Desta forma, o Estado agiria como um agente da mudança social em nome dos interesses da vontade coletiva, e não em favor de um grupo ou classe social particular, como é tradição do Estado brasileiro.

Desta forma, acaba por ocultar a função do Estado na sociedade capitalista, qual seja, garantidor da ordem burguesa e da reprodução do capital. Esta perspectiva também acaba por contribuir para construção de um nacionalismo que em nome do desenvolvimento nacional desloca os conflitos de classes para segundo plano, destacando prioritariamente a defesa do capital nacional em face às demais nações.

Con esa mirada retoman ciertos principios del viejo nacionalismo que resaltaba el nexo prioritario creado por el territorio, el idioma o el bagaje cultural común. Consideran que ese vínculo debe prevalecer por encima del posicionamiento social. La condición de acaudalado o empobrecido es vista como dato menor frente a la pertenencia a la nación. Pero el olvido de esas asimetrías oculta quiénes son los ganadores y perdedores de esa asociación. (Katz, 2014, S/N)

Estes aspectos se tornam mais relevantes na medida em que esta perspectiva penetra nas organizações da classe trabalhadora, reforçando uma estratégia que impõe as lutas dos trabalhadores dentro da ordem do capital, muitas vezes reafirmando essa ordem.

Na medida em que o pensamento neodesenvolvimentista penetrou nas organizações dos trabalhadores, em especial no movimento sindical, imprimi uma lógica de luta dentro dos limites capital e da institucionalidade burguesa. Nos parece que no momento de crise do projeto neodesenvolvimentista na atualidade, essa lógica se reforça, onde os instrumentos da classe trabalhadora tendem a reafirmar a lógica da luta dentro da institucionalidade.

Frederico Firmiano (2014, p. 190) nos explica que “a ausência de ‘condições concretas’ para o socialismo justifica, pois, na melhor tradição da política da conciliação, sua aceitação à ordem”. E assim, o neodesenvolvimentismo se mostra uma falsa alternativa a superação do neoliberalismo, bem como a superação do subdesenvolvimento e da dependência.

No entanto, esse período causou importantes impactos na lógica de luta e da estratégia política da classe trabalhadora, impondo para a organização dos trabalhadores o desafio de revisão e superação da estratégia política predominante na era neodesenvolvimentista.

O legado da conciliação de classes para a estratégia da esquerda latino americana

Vinculado aos movimentos da classe trabalhadora, suas experiências históricas, derrotas, vitórias, avanços e recuos, desenvolveu-se uma teoria social, que foi preponderante para construção de um legado,

histórico e teórico, das revoluções e principalmente dos seus processos, ou seja, de sua estratégia política. Compreender o legado da classe trabalhadora é fundamental para construir as bases do debate acerca da estratégia na atualidade, porém é necessário analisar cada tempo histórico, suas crises e contradições e as respostas geradas pela dinâmica das lutas de classes.

Na atual quadra histórica, vivemos imersos a uma crise estrutural do capital, que contém possibilidades da abertura de uma janela histórica para a classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo traz consigo o aprofundamento de processos de barbárie já em curso. Diante das crises o capital se reorganiza, promovendo rearranjos no seu sistema produtivo a fim de oferecer respostas concretas e rápidas para garantir sua reprodução. Essa constante reestruturação do capital libera processos que impactam o trabalho, os trabalhadores e suas formas organizativas. Produzir uma reflexão sobre estratégia na atualidade passa, portanto, por essas duas questões fundamentais: o legado histórico da classe trabalhadora e a compreensão dos movimentos do capital e suas reestruturações.

No Brasil as formulações estratégicas relevantes (anarco - sindicalista, nacional - desenvolvimentista, democrático nacional e democrático popular), com seus programas e instrumentos organizativos hegemônicos, constituem parte deste legado histórico. Não é possível neste breve trabalho analisar cada uma delas, no entanto, cabe destacar a formulação estratégica do período recente e que ainda tem muita incidência como projeto político na América Latina: a estratégia Democrático Popular.

A estratégia Democrático Popular foi sendo construída com base em duas táticas fundamentais: a institucionalidade, buscando conquistar espaços por dentro do Estado para contribuir com o acúmulo de forças; e a tática da mobilização popular, através das greves, ocupações de terra, mobilizações e lutas massivas. No Brasil, essa estratégia ganha força no início da década de 1980 e culmina com a formulação de instrumentos político organizativos, forjados em meio a um processo de intensa mobilização popular, sintetizada na luta contra a ditadura civil militar e por eleições diretas.

Outro componente importante dessa estratégia foi a formulação da tese das **tarefas em atraso**, na qual a contribuição teórica de Florestan Fernandes foi fundamental. Segundo Florestan Fernandes (2005 [1981], p. 58), o desenvolvimento brasileiro deu-se de forma desigual e combinada, devido ao seu caráter dependente, e a burguesia brasileira integrada com os interesses do capital internacional, enterrou a possibilidade do desenvolvimento de uma nação, não realizando medidas próprias de uma revolução burguesa:



Uma sociedade capitalista que não realiza nenhum tipo de Reforma Agrária e na qual a revolução urbana se confunde, ou com a inchação, ou com a metropolização segmentada, terá de estar em débito com a revolução demográfica, com a revolução nacional e com a revolução democrática.

Na interpretação de Florestan Fernandes, numa perspectiva de revolução proletária, é possível desencadear uma revolução dentro da ordem no sentido de lutar por necessidades humanas de caráter estrutural, que o capitalismo não pode resolver integralmente, mas que são constitutivas do seu próprio desenvolvimento.

A estratégia democrático popular compreendia uma “certa” divisão de tarefas entre as Organizações que compunham o Bloco Democrático. Essa organização das tarefas tinha relação direta com as táticas que cada uma desempenhava dentro da estratégia. De certo modo, a tática da institucionalidade foi hegemonizada pelo partido político e a tática da mobilização popular, pelos sindicatos e movimentos sociais. Por vezes essa divisão de tarefas ocorreu de forma esquemática, sem que a vinculação estratégica estivesse presente, alargando o espaço do pragmatismo e do “tarefismo” político. Cabe aqui destacar que independente da compreensão que se tenha sobre determinada estratégia, toda Organização (ou mesmo um indivíduo) ao desenvolver uma atuação político / teórica ainda que de forma tática, está contribuindo para a efetivação de uma estratégia ou pelo menos de um posicionamento político. É por isso que a tarefa da formulação estratégica nunca pode ser obra de um único Instrumento Organizativo, de um grupo de intelectuais, ou de uma instância diretiva. Ou ela é obra da classe, ou efetivamente ela não tem sentido.

Na efetivação histórica da estratégia Democrático Popular, houve um distanciamento crucial entre as táticas da institucionalidade e da mobilização popular. Pouco a pouco, a tática da institucionalidade foi sobrepondo-se à mobilização popular e conseqüentemente, assumindo lugar de estratégia e reformulando a própria estratégia em si. Ao reformular a estratégia, flexibilizar o programa e ampliar o leque de alianças políticas, o objetivo ao ser alcançado se tornou outro. Importante salientar que estratégia não é o mesmo que objetivo; vejamos um exemplo: ao afirmar que a estratégia é o socialismo não ajudamos a formular os elementos que norteiam o que deve ser feito efetivamente; socialismo pode ser um objetivo, mas que prescinde de uma formulação estratégica e de táticas combinadas a ela.

Desta forma, o socialismo deixou de ocupar o lugar de objetivo central e passou a ser concebido como um valor norteador de princípios éticos de caráter místico ou ainda algo tangível dentro da ordem

do capital, sem rupturas. Com a majoritária mudança no objetivo e uma supervalorização da tática da institucionalidade, o programa foi rebaixado e a estratégia foi sendo superada.

Além disso, a estratégia Democrático Popular encontrou um limite histórico: na atualidade do desenvolvimento do capital, existe um considerável estreitamento da margem para assegurar conquistas efetivas na luta por reformas, elemento central nessa formulação.

Vivemos um período de transição estratégica, não só no Brasil ou na América Latina, mas enquanto desafio para a classe trabalhadora numa perspectiva mundial. Os Instrumentos Organizativos que a classe construiu são em sua grande maioria de caráter (e natureza) defensivos e agem de forma reativa às contradições do capital; demonstram limites de uma retomada da ofensiva socialista, tão necessária diante da crise atual.

Dado o modo pelo qual foram constituídos – como partes integrantes de uma estrutura institucional complexa – os órgãos de luta socialista poderiam ganhar batalhas individuais, mas não a guerra contra o capital (MÉSZÁROS, 2010, p. 64).

A formulação de uma teoria de ruptura está em grande medida apartada da luta política e social e mesmo o pensamento crítico, de onde poderiam surgir formulações pertinentes, está inebriado pela penetração impressionante das teorias pós-modernas.

Num processo de transição estratégica, a fragmentação da esquerda, a dispersão e a disputa por hegemonia são ampliadas. Da mesma forma o apego ao que restou da estratégia que foi hegemônica no período anterior produz tensionamentos entre “o velho e o novo” muito evidentes na América Latina, especialmente no caso do Brasil. Neste país os governos neodesenvolvimentistas apresentaram um projeto político supostamente alternativo ao neoliberalismo, como já debatemos aqui neste texto. E no que tange o debate acerca da estratégia, tal projeto deixa um legado de acomodação social, principalmente no que diz respeito à tática da conciliação de classes como componente necessário de acúmulo de forças para alterar a “desfavorável” correlação de forças.

O projeto neodesenvolvimentista reforça a questão da centralidade do Estado como indutor racional das políticas sociais possíveis de acordo com a correlação de forças existente e o importante papel do governo como gestor daquilo que o pacto da conciliação permite fazer. Para os (as) trabalhadores (as) resta o apego no voto como garantia de “participação democrática” e a necessidade de

escolher bem quem será o gestor do governo; com isso descarta qualquer possibilidade mais protagonista enquanto classe.

Considerações finais

O neodesenvolvimentismo não se firmou como uma estratégia junto aos trabalhadores por diversos fatores, mas principalmente pelo limite de sua existência efetiva, sequer como projeto político. O democrático popular é uma estratégia em crise, no Brasil desde o primeiro mandato do Governo Lula e também pelas mudanças efetivas que ocorreram na realidade, que diferem da análise formulada nos anos de 1980.

No entanto, o neodesenvolvimentismo acabou por reafirmar, nos principais instrumentos produzidos pela classe trabalhadora, uma lógica de luta circunscrito a disputa pela institucionalidade, dentro da ordem burguesa, e com o atual aprofundamento da crise estrutural do capital impõe para o conjunto dos instrumentos organizativos dos trabalhadores o desafio de superar a lógica da conciliação.

A atualidade em escala mundial, é marcada por um processo de transição estratégica, em meio a fragmentação da classe, falta de unidade em torno de um projeto e programa político, dispersão da militância de esquerda, cooptação, perseguições e aumento do aparato repressivo, entre outros. No entanto, também vivemos como parte dos impactos da crise na vida dos (das) trabalhadores (as), um aumento da disposição de lutas e amplos exercícios coletivos do que pode ser uma Organização Política, de qual deve ser o caráter das lutas na atualidade etc.

A formulação de uma nova estratégia, por mais que necessária, não depende da vontade dos indivíduos ou das Organizações. Ela depende dialeticamente da combinação de alguns elementos: lutas massivas que articulem necessidades imediatas com lutas de caráter político, ressignificação das Organizações existentes, construção de novos Instrumentos Políticos e Teoria Social Revolucionária.

Referência Bibliográfica

BARBOSA, N; SOUZA, J. A. P. **A inflexão do governo Lula**: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, Emir; GARCIA, Marco Aurélio. (orgs.). Brasil: entre o passado e o futuro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Editora Boitempo. 2010.



BIELSCHOWSKY, R; MUSSI, C. **O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005.** Texto preparado para o Seminário Brasil-Chile: Uma Mirada Hacia América Latina y sus Perspectivas. Santiago de Chile, jul. 2005.

BOITO Jr. A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo.** Fórum Econômico FGV/São Paulo, São Paulo, 2012.

_____. **Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder.** In.: Boito Jr. A; Galvão. A. Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. São Paulo: Ed. Alameda. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19.09.04.

_____. Proposta de desenvolvimento para o Brasil. In.: SICSÜ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (orgs). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social: Um projeto nacional de crescimento com equidade social.** São Paulo: Manole, 2005.

_____. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional.** São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

CASTELO BRANCO. R. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **OIKOS**, Rio de Janeiro, Volume 8, n. 1, p. 71-91, 2009.

FÉLIZ. M. Neoliberalismos, neodesarrollismos y proyectos contrahegemónicos en Suramérica. Astrolabio, **Nueva época**; Córdoba, p. 238 – 265, 2011.

FIRMIANO. F. D. Wahlverwandschaft: pós-neoliberalismo e neodesenvolvimentismo no Brasil. **Revista Outubro**, n. 22, 2º semestre de 2014.

FIORI. J. L. **A miséria do novo desenvolvimentismo.** Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Coluna/A-miseria-do-novo-desenvolvimentismo-/20887>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

FLORESTAN. Fernandes. O que é revolução (1981) In. FLORESTAN. Fernandes e PRADO JR. Caio. **Clássicos sobre a Revolução Brasileira.** 4ª edição. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

KATZ. C. “¿Qué es el neo-desarrollismo? III – una visión crítica. Teoría y política”. Disponível em: <<http://katz.lahaine.org/?p=234>>. Acesso em: 20 fev. 2016.

_____. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo.** São Paulo: Expressão Popular. 2016

MÉSZÁROS, István. **Atualidade histórica da Ofensiva Socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar.** São Paulo: Ed Boitempo. 2010.

OREIRO, J. L. C. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Estudo Avançados**, 26 (75), 2012.

SAAD-FILHO, A; Moraes, L. Da economia política a política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 4 (124), pp. 507-527, outubro-dezembro/2011.



Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

SICSÚ, J; Paula, L. F; Michel, R. Por que novo-desenvolvimentismo?. **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 4 (108), pp. 507-524 outubro-dezembro/2007.